



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



13ª REUNIÃO INTERAMERICANA, A NÍVEL MINISTERIAL, SOBRE SAÚDE E AGRICULTURA

Washington, DC, 24 a 25 de abril de 2003

Punto 8.4 da Agenda Provisória

RIMSA13/9 (Port.)
8 abril 2003
ORIGINAL: ESPANHOL

GADOS E PRODUTOS PECUÁRIOS

Aníbal D. Fernández
Ministro da Produção da República Argentina

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Resumo	3
Introdução	3
Desenvolvimento	4
Conclusões e recomendações.....	9

Resumo

1. O modelo agroalimentar argentino pode ser utilizado como uma forma de refletir sobre a problemática continental para a formulação de recomendações sobre a capacidade de um sistema de inocuidade dos alimentos. Aproveitando as vantagens comparativas da Região quanto à produção de alimentos saudáveis e o fortalecimento de formas de comercialização justas, se promove uma integração da Região no âmbito das Reuniões Interamericanas a Nível Ministerial sobre Saúde e Agricultura, que incorpore as iniciativas que são promovidas dentro da Organização Mundial do Comércio com seus Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, no Codex Alimentarius Internacional e na Repartição Internacional de Epizootias; que desenvolva políticas consensuadas com todos os atores envolvidos no sistema (produção, indústria, setor acadêmico, etc.), e descentralizadas na gestão, em organismos independentes de interesses econômicos e comerciais e com autarquia para o manejo de seus recursos. Além disso, que sejam baseados no conhecimento e aplicação de metodologias, como a de análise de risco, para sua aplicação nos programas de inocuidade dos alimentos, ou como os sistemas HACCP e de boas práticas na produção, tanto como na indústria; e que a partir de um uso transparente e eficaz da informação participe à comunidade para satisfazê-la em sua demanda de alimentos seguros.

Introdução

2. O complexo agroalimentar argentino representou desde sempre um pilar essencial na economia argentina. Uma idéia da relevância econômica do setor dá o fato de que o sistema agroalimentar origina por volta de 60% das exportações totais da Argentina, que por outro lado é o quinto produtor e oitavo exportador de alimentos no mundo, o que supõe uma participação de aproximadamente 20% de seu PIB.

3. A condição extensiva de produção dos países da América do Sul em geral, e da Argentina em particular, constitui, no que diz respeito à saúde animal, uma vantagem comparativa de importância. A baixa densidade pecuária e a abundância de pastagens e forragens constituem um impedimento para o desenvolvimento de agentes infecciosos que se vêem favorecidos nas condições produtivas de alta intensidade que caracterizam os países industrializados.

4. A Argentina possui um estoque pecuário representado por 53 milhões de bovinos e produz carnes e produtos lácteos de primeiro nível. O gado bovino da Argentina é produzido quase em sua totalidade em produções extensivas com sistemas baseados em pastos naturais e pastagens implantadas, o que se vê refletido na qualidade e valor nutricional de suas carnes.

5. Além do mais, contamos com uma crescente indústria suína, avícola e apícola que durante os últimos anos cresceu de forma exponencial, e devido a uma demanda mundial, também cresceu a produção de alimentos orgânicos. Os ecossistemas produtivos da Argentina favorecem em grande medida a obtenção de alimentos saudáveis e de altíssima qualidade.

Desenvolvimento

6. Como contrapartida, nos países altamente industrializados os sistemas intensivos de produção têm uma propensão à utilização de balanceados e substitutos para a alimentação do gado que resultam na presença de contaminantes e resíduos em carne, leite, ovos e demais alimentos, como assim também o risco da ocorrência de episódios de grave repercussão para a saúde humana como o surgimento e persistência da encefalopatia espongiforme bovina (“vaca louca”) na Inglaterra e outros países da Europa pelo uso de farinhas de carne e osso contaminadas. Este episódio teve forte impacto na comercialização de carnes no âmbito internacional, em que a pressão dos consumidores pela produção de alimentos inócuos teve um importante papel na revisão da gestão de agroalimentos.

7. Quanto à comercialização de alimentos, esta se exerce em um mercado livre e competitivo. Velar pela inocuidade dos alimentos em um mercado totalmente desregulado parecia às vezes ser uma antinomia, e é por isso que surgiram iniciativas tendentes a gerar uma legislação que, no âmbito internacional, assegurem a inocuidade dos alimentos e ao mesmo tempo eliminem as barreiras para os intercâmbios comerciais entre as nações. O âmbito legal que governa atualmente o comércio internacional de alimentos é o resultado de práticas de mercado em uma economia desregulada e globalizada, cujo principal objetivo é eliminar todo tipo de barreiras para-alfandegárias.

8. A Argentina, um dos principais produtores e exportadores de agroalimentos do mundo, se encontra diante de um dos desafios cruciais de sua história: consolidar suas cadeias produtivas e desenvolver sistemas sustentáveis e verificáveis de saúde, qualidade e inocuidade como base para a construção de uma plataforma agroexportadora. Nesse caminho nos encontramos trabalhando.

9. Para a Argentina, assim como para os países da Região, é muito importante manter e melhorar o status sanitário atual. É fundamental evitar a entrada de doenças que não ocorrem no nosso país e que podem ser transmitidas através do comércio internacional. A saúde das pessoas e a sustentação dos mercados internacionais de produtos agropecuários condicionam os critérios para fixar prioridades na prevenção da entrada e disseminação de doenças dos animais hoje denominadas transfronteiriças. Muitas das doenças dos animais também afetam o homem com maior ou menor gravidade e é um dever constitucional do Estado proteger a saúde pública.

10. Para isto, nosso país conta com o uso de sistemas de informação que garantem a agilidade e transparência nas comunicações, o que por sua vez promove a confiança internacional e é a base para um sistema que protege os recursos animais e vegetais, e a saúde humana. Esta lição foi aprendida a partir do controle da epidemia de febre aftosa mais grave da história argentina, que permitiu recuperar a confiança dos mercados, que se traduz em março deste ano em 61 mercados reabertos para as carnes bovinas procedentes da Argentina. Dentro deste processo de controle da doença e forte presença negociadora, nossas exportações passaram de US\$ 150 milhões em 2001 para \$350 milhões em 2002 e nossos cálculos dão \$420 milhões para o presente ano.

11. A luta para erradicar a febre aftosa na Argentina marcou profundamente a produção, elaboração e comercialização das carnes bovinas argentinas, apesar de essa doença não ter um impacto direto na saúde pública, impulsionou as autoridades de saúde animal do país a gerar mecanismos tendentes a controlar e erradicar essa doença. O esquema gerado, que hoje em dia está em plena vigência, é estratégico e serve de estrutura operacional para a produção e elaboração de produtos alimentícios saudáveis. A novidade do sistema de saúde agroalimentar argentino, gerado principalmente a partir da luta para controlar e erradicar a aftosa, é a criação de uma rede ao longo de todo o país de Entidades Locais de Lutas Sanitárias. Estas entidades, formadas por produtores de gado, por profissionais da atividade pecuária e pelo Estado, são as responsáveis diretas de levar adiante as ações sanitárias pautadas a partir dos níveis provincial e nacional. Cada Entidade Local de Luta Sanitária possui um Conselho Técnico e um Conselho Administrativo, que por sua vez estão vinculados entre si através das Comissões Provinciais de Saúde Animal, que no nível central se juntam para formar Comissões Nacionais de Lutas Sanitárias.

12. Esta descentralização da administração da saúde animal teve impacto enorme na agilidade da tomada de decisões, nas responsabilidades compartilhadas que são retratadas nos compromissos ativos e no manejo dos recursos necessários para encarar os planos de lutas sanitárias, e é o que levou a Argentina a alcançar um status sanitário de excelência nestes últimos anos. Rebanhos saudáveis, sistemas produtivos e elaboradores de alimentos controlados e uma cadeia de comercialização que garanta a inocuidade dos alimentos são a base para a produção, elaboração e comercialização dos produtos argentinos.

13. O desenvolvimento da saúde e da qualidade agroalimentar supõe a coordenação por parte do Governo Nacional das ações com os governos provinciais, a produção agropecuária, a indústria da alimentação, as universidades e institutos de pesquisa científico-tecnológicos, os colégios profissionais e as organizações não-governamentais. Neste plano se reforçam as modalidades de gestão que foram modelo de associação público-privado já na década de noventa, com formas de gestão abertas à participação de

todos os agentes do sistema agroalimentar. Neste âmbito, constituem particulares desafios as ações em matéria de febre aftosa, tuberculose, brucelose, encefalopatia espongiforme bovina (“vaca louca”), mosca-das-frutas e cancrose dos cítricos, o fortalecimento dos sistemas de vigilância epidemiológica, um sistema de monitoração, e a implementação generalizada de padrões para as Boas Práticas de Agricultura (GAP), Boas Práticas de Manufatura (BMP) e Operações Padronizadas de Saneamento (SSOP), assim como de sistemas HACCP (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle), e de certificação de produtos e processos na indústria agroalimentar, de uma perspectiva de maior responsabilidade para o setor privado. Isto garante que, de matérias-primas seguras com práticas adequadas, cheguemos a alimentos seguros.

14. As prioridades da Argentina na temática vinculada à saúde do gado e, portanto, para poder posicionar-se como um país produtor de carnes sadias e de reconhecida qualidade, estão dadas pela definitiva erradicação da febre aftosa, a prevenção da entrada da BSE, a prevenção da entrada de outras doenças exóticas e pragas vegetais e a detecção e notificação internacional de doenças e agentes de doenças que podem estar presentes no país sem nunca haver sido detectadas.

15. Este complexo integrado de gestão na produção e comercialização de alimentos se encontra sustentado em uma estrutura organizacional e de recursos que compreende o Ministério da Produção, através da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos e seu Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar, assim como a Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica, com sua dependência o Instituto Nacional de Alimentos, subordinados ao Ministério da Saúde da Nação.

16. O SENASA, como organismo descentralizado no âmbito da Secretaria de Agricultura, Pesca e Alimentação do Ministério da Produção, tem a responsabilidade de executar as políticas nacionais em matéria de saúde e qualidade animal, vegetal e dos alimentos, verificando o cumprimento das normas legais vigentes na matéria; por sua vez, tem competência sobre o controle e tráfico federal, importações e exportações dos animais, produtos e derivados de origem animal e vegetal, produtos agroalimentares, farmacoveterinários, agroquímicos e fertilizantes.

17. Embora não seja uma realidade plena, existe um consenso na comunidade científica internacional de que é imperativo contar com sistemas de inocuidade alimentar sólidos em todo o planeta, sistemas representados por organizações independentes de interesses econômicos e comerciais. Por isso, a Argentina está considerando que agências como o SENASA possuam e administrem seu próprio orçamento. Este orçamento seria proveniente em sua maior parte do caráter contributivo que possui o SENASA para o desenvolvimento de suas atividades, já que os clientes do organismo, sejam estes do setor

produtivo ou do setor elaborador de alimentos, financiam o mesmo através de serviços tarifados. Outra razão pela qual é importante preservar a autarquia de agências como o SENASA está vinculada às garantias oferecidas aos países importadores. No âmbito do comércio internacional é indispensável contar com agências oficiais que atuem como garantia da inocuidade dos alimentos comercializados, seja através da certificação dos mesmos ou atuando como agências de credenciamento de entidades de certificação privadas. A certificação do SENASA abrange os sistemas produtivos e elaboradores de alimentos. Este sistema de certificações permite, além disso, que o setor privado possa promover a comercialização de produtos alimentícios com valor agregado e não a simples transação de matérias-primas ou “commodities”. Neste campo, a Argentina, como muitos dos países da Região, tem ainda um longo, mas proeminente, caminho a percorrer.

18. Todos sabemos do vertiginoso avanço no conhecimento e na criação de novas tecnologias em que vive o mundo de hoje. Para poder assumir os mesmos, e colaborar nesta esfera, a Argentina possui também o reconhecido Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), o qual está continuamente acompanhando o crescimento e as mudanças nos sistemas de produção primária dos produtores agropecuários da Argentina, fornecendo aos mesmos informação através de seus escritórios de extensão.

19. Para esta tarefa de pesquisa e divulgação científica, bem como de capacitação do setor agropecuário, a Argentina conta também com numerosas universidades de primeiro nível, tanto estatais como privadas.

20. A Argentina também é sede do Instituto Pan-Americano de Proteção de Alimentos e Zoonoses (INPPAZ), instituição financiada pelos países das Américas e dependente da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS). O INPPAZ é uma instituição de vanguarda em tudo o que diz respeito à inocuidade dos alimentos e é continuamente sede de foros nacionais e internacionais.

21. Em resumo, a Argentina conta com um sólido sistema para assegurar a inocuidade dos alimentos como base de sua visão agroexportadora e com possibilidades de oferecer apoio técnico aos países da Região.

22. Consciente de que os sistemas alimentares devem levar em conta, além da inocuidade dos alimentos comercializados, as variáveis que fazem um comércio justo e livre, a Argentina aderiu, desde o começo, às preocupações mundiais para gerar um mercado de produtos provenientes do setor agropecuário o mais ágil e transparente possível.

23. Especialmente o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC deu transparência para transações comerciais, ao incorporar a obrigação de justificar cientificamente exigências mais elevadas do que as estabelecidas pelas organizações internacionais de referência: OIE, Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPF) e Codex Alimentarius. Estas organizações representam um papel central na fixação de parâmetros para o acesso de produtos aos mercados internacionais, que não se transformem em restrições encobertas ao comércio.

24. A participação da Argentina no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial do Comércio, como também nas organizações internacionais de referência, foi muito destacada, evitando a fixação de padrões que restrinjam o acesso aos mercados externos dos produtos do setor agroalimentar, e propondo mecanismos de facilitação do comércio. A luta por evitar barreiras ao comércio disfarçadas de medidas sanitárias é permanente, e aí também nossos países devem ter um enfoque comum e uma coordenação maior.

25. No nível regional, a Argentina propõe que se trabalhe no plano da cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde, contando com o INPPAZ como plataforma de desenvolvimento e capacitação.

26. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), se espera que em um futuro próximo o número de pessoas vivendo neste planeta seja de aproximadamente 8,5 bilhões, e a maioria destas estariam vivendo nos países pobres. Este cenário poderia gerar um sério problema de abastecimento de alimentos saudáveis. Por isso, é imperioso trabalhar em conjunto para prevenir a difusão dos agentes patógenos já conhecidos, bem como na prevenção do surgimento de novas doenças, cada vez mais complicadas de controlar, que têm impacto tanto na saúde pública como na produção pecuária. Estamos caminhando para isso, tal como o demonstram os sistemas de vigilância epidemiológica que tratam de atuar num nível que transcenda as fronteiras nacionais e estão sendo impulsionados pela Organização Mundial da Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde e a Repartição Internacional de Epizootias, que, junto com os países membros, trabalham na prevenção e controle de doenças. Esta iniciativa depende em grande medida da informação transparente e em tempo e da forma que são providos os serviços nacionais de saúde animal e saúde pública.

Conclusões e recomendações

27. A Argentina adere profundamente ao desafio mundial que representa obter a segurança alimentar para as futuras gerações e entende que, junto com temas como a preservação do meio ambiente e das águas potáveis, a produção de alimentos saudáveis em quantidade suficiente é um dos principais temas para a agenda dos próximos anos. Todo o sistema de saúde agroalimentar argentino está concentrando esforços para poder continuar garantindo para sua própria população, como também para seus sócios comerciais, alimentos cada vez mais saudáveis e produzidos levando em conta o respeito pelos recursos naturais que de forma privilegiada abundam em nosso país. Ao mesmo tempo, é consciente de que essas iniciativas devem ser executadas em conjunto por todos os países da Região e do planeta. Só assim poderemos estar assegurando alimentos saudáveis e em abundância nos cenários prognosticados para as próximas gerações, e no âmbito de um intercâmbio justo e livre no mercado internacional.

- - -